

10875/2019	ADILSON LINS FERREIRA	INDEFERIDO
3535/2020	OLIVIO CONCEIÇÃO DA SILVA	DEFERIDO
15365/2020	IODIMAR ONDINO DA ROSA	DEFERIDO

SECRETARIA DE ESTADO DA  
INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES JARI  
02-02/ SIE  
EXTRATO DA ATA N ° 0083/2020  
Data da Reunião: 14/12/2020

DEINFRA - SIE	Requerente	Resultado
1942/2019	SERGIO REUTER BRAUN	INDEFERIDO
10752/2019	FABRICIO LUIZ FAITA	INDEFERIDO
3608/2019	ELOVETE VIEIRA CARVALHO	INDEFERIDO
8433/2019	JEAN LEONEL CARLESSO	INDEFERIDO
11585/2019	DIONE ANDREIA FOLMANN	INDEFERIDO
2353/2019	VANDERLEI ZWANG	INDEFERIDO
8910/2019	SIMONE CRISTINE PERSUHN TONTINI	INDEFERIDO
20396/2019	SILAS BARBOSA DE JESUS	INDEFERIDO
3069/2019	ALCEU ZARDO	INDEFERIDO
12746/2019	ANA PAULA GAVA DE CARVALHO	INDEFERIDO
4342/2019	GELSON ANTONIO ZANCHIN	INDEFERIDO
4479/2019	ANILIR MARIA GARBAS	INDEFERIDO
8101/2019	MARCOS MICHEL LUCIANO	INDEFERIDO
6863/2019	VALDINEI FURLANETO	DEFERIDO
10858/2019	JOAO HENRIQUE PEREZ GONCALVES	INDEFERIDO

SECRETARIA DE ESTADO DA  
INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES JARI  
02-02/ SIE  
EXTRATO DA ATA N ° 0084/2020  
Data da Reunião: 14/12/2020

DEINFRA - SIE	Requerente	Resultado
3605/2019	MARIA ELIZABETH SAMPAIO SANTOS	DEFERIDO
2371/2019	JANAINA FERREIRA GALVAO	DEFERIDO
9001/2019	VALDENIR NISSEL	INDEFERIDO
10313/2019	FELIPE MANFFIOLETTI PEREIRA	INDEFERIDO
10311/2019	FELIPE MANFFIOLETTI PEREIRA	INDEFERIDO
1852/2019	PEDRO AUGUSTO REYNAUD	DILIGENCIA
9530/2019	PATRICIA REDEL	INDEFERIDO
11908/2019	ADILSON GHIZZI	INDEFERIDO
10759/2019	LEANDRO MARCOS MANFRIN	INDEFERIDO
4558/2019	JUNIOR ANTONIO SGANDERLA	INDEFERIDO
12747/2019	RICARDO PAPP	INDEFERIDO
7894/2019	MATEUS FERNANDO MORAES	INDEFERIDO
4321/2019	LEONARDO DE CASTRO MIRANDA	INDEFERIDO
7551/2019	JAIR MOMM FAGUNDES	INDEFERIDO
5707/2019	SANDRA RAMOS DE CAMPOS LACERDA	DEFERIDO

Cod. Mat.: 717183

Saúde

**PORTARIA nº. 65 - 26/01/2021.**  
**O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**, no uso de suas atribuições legais, conforme delegação de competência estabelecida nos termos da Portaria nº. 291/2020 e conforme processo SES 11349/2021, resolve **REMOVER** a servidora **KARINE MOREIRA KIRCHHOF JANUARIO**, matrícula nº. 0383639-8-01, ocupante do cargo de Analista Técnico em Gestão e Promoção de Saúde, na competência de Enfermeiro, lotada no Hospital Regional Hans Dieter Schmidt - HRHDS, nível GEPRO-SES-14/B, para atuar no Núcleo Interno de Regulação do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt - NIR - HRHDS.  
**EDINEI CARLOS DA SILVA**Superintendente de Gestão Administrativa

Cod. Mat.: 717187

**PORTARIA nº. 66 - 26/01/2021.**

**O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**, no uso de suas atribuições legais, conforme delegação de competência estabelecida nos termos da Portaria nº. 291/2020 e conforme processo SES 12093/2021, resolve **REMOVER** a servidora **CAROLINE REGINA DE JESUS WEINER**, matrícula nº. 0666487-3-01, ocupante do cargo de Analista Técnico em Gestão e Promoção de Saúde, na competência de Farmacêutico, lotada no Centro de Pesquisas

Oncológicas - CEPON, nível GEPRO-SES-16/C, para atuar no Hospital Infantil Joana de Gusmão - HIJG, a contar de 01/02/2021.  
**EDINEI CARLOS DA SILVA**Superintendente de Gestão Administrativa

Cod. Mat.: 717188

**PORTARIA nº. 69 - 26/01/2021.**

**O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**, no uso de suas atribuições legais, conforme delegação de competência estabelecida nos termos da Portaria nº. 291/2020 e conforme processo SES 11669/2021, resolve **REMOVER** a servidora **ADRIANE SCHEWINSKI**, matrícula nº. 0659035-7-01, ocupante do cargo de Analista Técnico em Gestão e Promoção de Saúde, na competência de Enfermeiro, lotada no Hospital Regional Hans Dieter Schmidt - HRHDS, nível GEPRO-SES-15/E, para atuar no Núcleo Interno de Regulação do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt - NIR-HRHDS, a contar de 01/02/2021.

**EDINEI CARLOS DA SILVA**  
Superintendente de Gestão Administrativa

Cod. Mat.: 717189

**PORTARIA nº. 73 - 27/01/2021.**  
**O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**, no uso de suas atribuições legais, conforme delegação de competência estabelecida nos termos da Portaria nº. 291/2019 e conforme processo SES 11488/2021, resolve **REMOVER** a servidora **CARLA CRISTINE DA SILVA ARRUDA**, matrícula nº. 0360507-8-01, ocupante do cargo de Analista Técnico em Gestão e Promoção de Saúde, na competência de Técnico em Atividades Administrativas, originária da Maternidade Carmela Dutra - MCD, nível GEPRO-SES-12/J, para atuar no Instituto de Cardiologia de Santa Catarina - ICA, a contar de 20/01/2021.

**EDINEI CARLOS DA SILVA**  
Superintendente de Gestão Administrativa

Cod. Mat.: 717268

**PORTARIA nº 72 de 27/01/2021**  
**O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**, no uso de suas atribuições legais e conforme delegação de competência estabelecida nos termos da Portaria 291/2020 resolve: **CONCEDER**, conforme processo SES nº 7200/2021, **LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO**, de acordo com o artigo 74, da Lei 6.745/85, à servidora, **CLEUSA RODRIGUES FORTUNATO**, matrícula nº **959.926-6-01**, ocupante do cargo de ANALISTA TECNICO EM GESTÃO E PROMOÇÃO DE SAÚDE, na competência de Técnico em Enfermagem, nível GEPRO-SES-11-B, com atribuição de exercício no Hospital Governador Celso Ramos, a contar de **09/02/2021**, pelo período de **02 anos**, optando pelo não recolhimento mensal das suas contribuições previdenciárias e da parte patronal ao Gestor do Regime Próprio de Previdência, conforme dispõe o art. 4º, § 4º, art.17 e art. 82, da LC nº 412 de 2008, com redação dada pela LC 662/2015.  
**EDINEI CARLOS DA SILVA**  
**SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**

Cod. Mat.: 717285

**PORTARIA nº 63 de 26/01/2021**  
**O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**, no uso de suas atribuições legais e conforme delegação de competência estabelecida nos termos da Portaria nº 291/2020, resolve: excepcionalmente, conforme processo SES Nº 167283/2020, conceder **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE INTERESSES PARTICULARES, SEM REMUNERAÇÃO**, de acordo com o artigo 77, da Lei 6.745/85, com nova redação dada pelo artigo 5º da Lei Complementar nº 605 de 18/12/2013, ao servidor **MARCELO FERREIRA RODRIGUES**, matrícula nº **384.436-6-01**, ocupante do cargo de ANALISTA TECNICO EM GESTÃO E PROMOÇÃO DE SAÚDE, na competência de Médico, nível GEPRO-SES-13-F, com atribuição de exercício no Hospital Regional São José Dr. Homero de Miranda Gomes, a contar de **01/02/2021**, pelo período de **06 meses**, optando pelo não recolhimento mensal das suas contribuições previdenciárias e da parte patronal ao Gestor do Regime Próprio de Previdência, conforme dispõe o art. 4º, § 4º, art.17 e art. 82, da LC nº 412 de 2008, com redação dada pela LC 662/2015.

**EDINEI CARLOS DA SILVA**  
**SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**

Cod. Mat.: 717291

**PORTARIA nº 64 de 26/01/2021**  
**O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**, no uso de suas atribuições legais e conforme delegação de competência estabelecida nos termos da Portaria nº 291/2020, resolve: excepcionalmente, conforme processo SES Nº 2656/2021, conceder **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE INTERESSES PARTICULARES, SEM REMUNERAÇÃO**, de acordo com o artigo 77, da Lei 6.745/85, com nova redação dada pelo artigo 5º da Lei Complementar nº 605 de 18/12/2013, ao servidor **JEFERSON DOS SANTOS**, matrí-

cula nº **384.458-7-02**, ocupante do cargo de ANALISTA TECNICO EM GESTÃO E PROMOÇÃO DE SAÚDE, na competência de Enfermeiro, nível GEPRO-SES-15-C, com atribuição de exercício na Maternidade Dona Catarina Kuss, a contar de **01/02/2021**, pelo período de **06 meses**, optando pelo não recolhimento mensal das suas contribuições previdenciárias e da parte patronal ao Gestor do Regime Próprio de Previdência, conforme dispõe o art. 4º, § 4º, art.17 e art. 82, da LC nº 412 de 2008, com redação dada pela LC 662/2015.

**EDINEI CARLOS DA SILVA**  
**SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**

Cod. Mat.: 717294

**PORTARIA nº 70 de 26/01/2021**  
**O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**, no uso de suas atribuições legais e conforme delegação de competência estabelecida nos termos da Portaria nº 291/2020, resolve: excepcionalmente, conforme processo SES Nº 6043/2021, conceder **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE INTERESSES PARTICULARES, SEM REMUNERAÇÃO**, de acordo com o artigo 77, da Lei 6.745/85, com nova redação dada pelo artigo 5º da Lei Complementar nº 605 de 18/12/2013, à servidora **EDINÉIA MANOEL POLICARPO**, matrícula nº **341.735-2-02**, ocupante do cargo de ANALISTA TECNICO EM GESTÃO E PROMOÇÃO DE SAÚDE, na competência de Técnico em Enfermagem, nível GEPRO-SES-12-J, com atribuição de exercício no Hospital Dr. Waldomiro Colautti, a contar de **01/02/2021**, pelo período de **01 ano**, optando pelo não recolhimento mensal das suas contribuições previdenciárias e da parte patronal ao Gestor do Regime Próprio de Previdência, conforme dispõe o art. 4º, § 4º, art.17 e art. 82, da LC nº 412 de 2008, com redação dada pela LC 662/2015.

**EDINEI CARLOS DA SILVA**  
**SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**

Cod. Mat.: 717302

**PORTARIA nº 67 de 26/01/2021**  
**O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**, no uso de suas atribuições legais e conforme delegação de competência estabelecida nos termos da Portaria 291/2020 resolve: excepcionalmente, PRORROGAR, conforme processo SES nº 7957/2021, os efeitos da Portaria nº 639, publicada no DOE nº 21.343 de 31/08/2020, que concedeu **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE INTERESSES PARTICULARES, SEM REMUNERAÇÃO**, de acordo com o artigo 77, da Lei 6.745/85, com nova redação dada pelo artigo 5º da Lei Complementar 605 de 18/12/2013, ao servidor **PAULO ROBERTO WALTRICK**, matrícula nº **365.946-1-02**, ocupante do cargo de ANALISTA TECNICO EM GESTÃO E PROMOÇÃO DE SAÚDE, na competência de Médico, nível GEPRO-SES-16-J, com atribuição de exercício no Hospital e Maternidade Tereza Ramos, a contar de **16/02/2021**, pelo período de **06 meses**, optando pelo não recolhimento mensal das suas contribuições previdenciárias e da parte patronal ao Gestor do Regime Próprio de Previdência, conforme dispõe o art. 4º, § 4º, art.17 e art. 82, da LC nº 412 de 2008, com redação dada pela LC 662/2015.

**EDINEI CARLOS DA SILVA**  
**SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**

Cod. Mat.: 717311

**PORTARIA nº 68 de 26/01/2021**  
**O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**, no uso de suas atribuições legais e conforme delegação de competência estabelecida nos termos da Portaria nº 291/2020, resolve: excepcionalmente, conforme processo SES nº 121863/2020, conceder **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE INTERESSES PARTICULARES, SEM REMUNERAÇÃO**, de acordo com o artigo 77, da Lei 6.745/85, com nova redação dada pelo artigo 5º da Lei Complementar nº 605 de 18/12/2013, ao servidor **JEAN PATRICK ARRUDA MEDEIROS**, matrícula nº **673.476-6-01**, ocupante do cargo de ANALISTA TECNICO EM GESTÃO E PROMOÇÃO DE SAÚDE, na competência de Técnico em Atividades Administrativas, nível GEPRO-SES-12-C, com atribuição de exercício no Hospital Regional São José Dr. Homero de Miranda Gomes, a contar de **18/03/2022**, pelo período de **03 anos**, optando pelo não recolhimento mensal das suas contribuições previdenciárias e da parte patronal ao Gestor do Regime Próprio de Previdência, conforme dispõe o art. 4º, § 4º, art.17 e art. 82, da LC nº 412 de 2008, com redação dada pela LC 662/2015.

**EDINEI CARLOS DA SILVA**  
**SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**

Cod. Mat.: 717314

**SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE: APLICAÇÃO DE SANCAO.** Decisão: O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 52910/2020** e em consonância com o art. 8º da Lei 8.666/93 e art. 110 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar a empresa **SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ**

05.531.725/0001-20 a penalidade de MULTA no valor R\$ 892,78 por descumprimento de entrega de medicamentos da Autorização de Fornecimento nº 7537/2020 – Edital nº 1083/2019.  
Cod. Mat.: 717191

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE  
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE  
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

#### RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 001 DIVS/SES - DE 27/01/2021

Institui a Carteira de Identificação/Credencial para todos os servidores que desenvolvem atividades de fiscalização, inspeção e monitoramento sanitário, bem como, outras atividades relativas ao exercício do poder de polícia inerentes às ações de competência de Vigilância Sanitária estadual e municipal, no âmbito do Estado de Santa Catarina.

A Diretora da Vigilância Sanitária da Secretaria de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições que lhe conferem o inciso I do Art. 44 do Regimento Interno, aprovada pelo Decreto Estadual nº 4.793/1994, e considerando:

A Lei Estadual nº 6.320, de 20 de dezembro de 1983, que dispõe sobre normas gerais de saúde, estabelece penalidades e dá outras providências;

O Decreto Estadual nº 23.663, de 16 de outubro de 1984, que Regulamenta os artigos 51 a 76 da Lei Estadual nº 6.320, de 20 de dezembro de 1983; e,

A Deliberação 250/CIB/2019, de 05 de dezembro de 2019, que define os Critérios para Construção do Plano de Ação Municipal em Vigilância Sanitária –2020/2023.

#### Resolve:

**Art.1º** Instituir a Carteira de Identificação/Credencial para todas as autoridades sanitárias devidamente habilitadas e capacitadas em conformidade com os itens 6.1 e 6.3 “Gestões de Pessoas” da DELIBERAÇÃO 250/CIB/2019 que desenvolvam atividades de fiscalização, inspeção e monitoramento sanitário, bem como, outras atividades relativas ao exercício do poder de polícia, inerentes às ações de competência de Vigilância Sanitária estadual e municipal, no âmbito do Estado de Santa Catarina;

**Art.2º** As autoridades sanitárias das Vigilâncias Sanitárias Municipais, das UDVISAS – Unidades Descentralizadas de Vigilância Sanitária Regionais ou da DIVS – Diretoria de Vigilância Sanitária de Santa Catarina, que cumpriram os critérios do Artigo 1º, devem solicitar sua credencial através do Sistema Estadual PHAROS, conforme prazo estipulado e amplamente divulgado no site da DIVS/SC – [www.vigilanciasanitaria.sc.gov.br](http://www.vigilanciasanitaria.sc.gov.br);

**Art.3º** Para solicitação da Carteira de Identificação/Credencial é obrigatória a apresentação via Sistema Estadual de Vigilância Sanitária – PHAROS dos documentos descritos abaixo, devidamente assinados:

- Portaria de Nomeação e Designação para atuar na Vigilância Sanitária. Caso o cargo de Nomeação já seja de fiscal em Vigilância Sanitária, não há necessidade da Portaria de Designação;
- Certificado do Curso de Ações Básicas em Vigilância Sanitária (da DIVS ou equivalente) ou Edital do Concurso Público, conforme item 6.3 Gestão de Pessoas da CIB nº 250/2019;
- Ofício do Secretário Municipal de Saúde (para Municípios) ou do Coordenador (para Macrorregionais) solicitando a Credencial;
- Declaração do setor de Recursos Humanos – assinada por um funcionário do RH;
- Declaração de “Ausência de incompatibilidades e/ou impedimentos para o exercício da função de autoridade sanitária”.

**Art.4º** A Carteira de Identificação/Credencial identifica o portador como autoridade sanitária.

**Parágrafo único:** Os servidores engenheiros civis e arquitetos que efetuem a análise, avaliação e aprovação de Projetos Básicos de Arquitetura – PBA e que emitem os Laudos de Verificação de Conformidade e os servidores que desenvolvem atividades nos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador – CEREST, terão a Carteira de Identificação/Credencial específicas no âmbito de suas competências.

**Art.5º** Quando ocorrer a perda, extravio ou danificação da Carteira de Identificação/Credencial, deverá:

- Ser informado imediatamente os gestores do município e estado a fim de se evitar o uso indevido da mesma.
- Ser solicitada a 2ª via à Divisão de Recursos Humanos da Diretoria de Vigilância Sanitária/SES anexando os seguintes documentos:
  - Apresentação do Boletim de Ocorrência – B.O no caso de perda ou extravio da Carteira de Identificação/Credencial;
  - Apresentação de justificativa e devolução da carteira de identi-

ficação/Credencial danificada, conforme o caso.

**Art.6º** Na Carteira de Identificação/Credencial constará os dados individuais da autoridade sanitária:

- Carteira nº (o número da carteira será composto de quatro dígitos) e sede da atuação;
- Data de emissão da carteira de identificação/credencial;
- Nome da autoridade sanitária;
- Inscrição do CPF;
- Número da Carteira de Identidade;
- Esfera de atuação: (Estadual ou Municipal);
- Lotação;
- A seguinte informação: “Autoridade Sanitária nomeada ou designada por ato normativo”.
- Foto 3X4 colorida;
- Assinatura do respectivo Secretário (a) Municipal de Saúde (para VISAs Municipais) ou do Diretor(a) de Vigilância Sanitária Estadual (para UDVISAs Regionais e DIVS);
- Validade;
- Assinatura da autoridade sanitária;

**Art.7º** A Carteira de Identificação/Credencial será emitida em papel com fundo impresso, com marca d'água “Diretoria de Vigilância Sanitária”, logomarca do Brasão do Estado de Santa Catarina e cor predominantemente verde. No caso das credenciais para atuação nos CERESTs a cor predominante é a azul.

**Art.8º** A Carteira de Identificação/Credencial terá por medida 9 cm de largura e 6 cm de altura, com impressão gerenciada por computador e com numeração progressiva iniciando em 0001.

**Art.9º** Após análise documental, a Carteira de Identificação/Credencial será impressa e encaminhada pela Diretoria de Vigilância Sanitária aos respectivos gestores de saúde do âmbito de competência, para assinatura (no caso das Vigilâncias Sanitárias Municipais. No caso das Vigilâncias Sanitárias Estaduais ( UDVISAs e DIVS) o (a) Diretor (a) em exercício procederá a assinatura.

**Art.10.** A validade da Carteira de Identificação/Credencial encerra em 31 de março de cada exercício.

**Art.11** A Carteira de Identificação/Credencial poderá ser suspensa a qualquer momento pela Diretoria de Vigilância Sanitária ou pela gestão municipal competente, após comprovação do uso indevido, ficando a autoridade sanitária sujeita às penalidades previstas na legislação pertinente.

**Art.12** Todos os atos normativos mencionados nesta Resolução, quando substituídos ou atualizados por novos atos, terão a referência automática atualizada em relação ao ato de origem.

**Art.13** Os casos omissos e dúvidas relativas à interpretação e aplicação desta Resolução serão dirimidos pela Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina.

**Art.14** Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

**Art.15** Fica revogada a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 005 /DIVS/SES - de 13/08/2015.

Florianópolis, 27 de janeiro de 2021

**Lucélia Scaramussa Ribas Kryckyj**  
Diretora de Vigilância Sanitária  
DIVS/SUV/SES/SC

Cod. Mat.: 717238

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão: O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 122375/2020** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 110 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à empresa SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ 5.531.725/0001-20, a penalidade de MULTA no valor R\$ 91,40 por descumprimento de entrega do material da Autorização de Fornecimento nº 184365/2020 – Edital nº 2778/2019.

Cod. Mat.: 717120

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão: O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 161164/2020** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 110 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à empresa SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ 5.531.725/0001-20, a penalidade de MULTA no valor R\$ 167,85 por descumprimento de entrega do material da Autorização de Fornecimento nº 188277/2020 – Edital nº 1099/2020.

Cod. Mat.: 717122

## Segurança Pública

## Polícia Civil

#### PORTARIA Nº 04/SSP/DGPC/GEPLA, DE 26 DE JANEIRO DE 2021.

**O Delegado-Geral da Polícia Civil**, no uso das atribuições estabelecidas no art. 9º, inciso IV, do Decreto 348, de 13 de novembro de 2019, e, tendo por fundamento o art. 67, combinado com o art. 116, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, **Resolve:**  
**Art. 1º** - Designar o servidor **WALTER ANDRÉ MIADAIWA WATANABE** – Matrícula 953.603-5, cargo de Delegado de Polícia Civil, para atuar como fiscal do Termo de Cooperação nº 2020TN001350, celebrado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Estado de Santa Catarina por meio da Polícia Civil, tendo por objeto “estabelecer ação integrada e cooperação técnica entre o MPSC e a Polícia Civil de Santa Catarina para o combate à macrocriminalidade e ao crime organizado no Estado de Santa Catarina”, cuja vigência iniciou em 17/09/2020 e encerra-se em 16/09/2024.  
**Art. 2º** - Ao fiscal designado na forma do artigo anterior, sob pena de responsabilidade, compete o fiel cumprimento do disposto no parágrafo 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, que se dará pelo cumprimento das responsabilidades constantes no anexo único desta portaria.

**Art. 3º** - À Gerência de Planejamento e Avaliação da Delegacia-Geral da Polícia Civil de Santa Catarina compete à supervisão e orientação dos procedimentos de fiscalização, incluindo a adoção de medidas cabíveis nas hipóteses em que lhe sejam comunicadas irregularidades na execução do termo de cooperação.

**Art. 4º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
**PAULO NORBERTO KOERICH**  
Delegado-Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 717133

## Polícia Militar

#### PORTARIA Nº 30/PMSC de 25/01/2021.

**DESIGNO**, com base no Art. 22, XXI, da CF/88, combinado com o Art. 4º do Decreto-Lei nº 667/69, o Art. 107 da CE/89, o Art. 5º da Lei Complementar nº 380/07, e o § 4º do Art. 10 do Decreto nº 333/07, para compor o Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública no Estado– **Mario Cesário**, Subtenente PM RR Mat. 902087-0, a contar de 27/01/2021.

#### DIONEI TONET

Coronel PM Comandante-Geral da PMSC

Cod. Mat.: 717200

#### DECISÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO AMBIENTAL

Processo nº 21700.2018.50962 de Maura Regina Constante - CPF 011.724.039-70. **ATIVIDADE:** “Foi constatado construção de três casas de madeira no interior do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, casas com 20m², 12m² e 16m², sem autorização.” **DECISÃO:** Pelo exposto a Autoridade Ambiental decidiu: “APLICAR a penalidade de multa simples e embargo, em consonância com os artigos 3º, inciso II e VII, e art. 91 do Decreto Federal nº 6.514/08; art. 70, §4º e art. 72, inciso II e VII, da Lei Federal nº 9.605/98 e art. 33, inc. II e VII da Portaria nº 143/2019/IMA/CPMA-SC, assim, fixando o valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais); a Sansão Administrativa de Promover a Recuperação do Dano Ambiental; com apresentação do Projeto de Recuperação de Área Degradada – PRAD, compreende também, a expurgação da construção, no prazo de 30 (trinta) dias.” Palhoça-SC, 15 de maio de 2019. Paulo Roland Em - Autoridade Ambiental Julgadora.

Cod. Mat.: 717155

#### POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA COMANDO DE POLÍCIAMENTO MILITAR AMBIENTAL EDITAL DE CITAÇÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO

#### CITAÇÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO

Nos termos do artigo 79, §1º, da Portaria conjunta IMA/CPMA 143/2019, considerando que o autuado não foi localizado, venho CITAR Jean Carlos Siegel, CPF 024.131.639-13, da lavratura do **Auto de Infração Ambiental nº 52283-A**, o qual gerou o **Processo Administrativo Ambiental nº 21123.2020.61661**, pela conduta de “Instalar atividade potencialmente poluidora, implantação de condomínio rural, área de 2,47 ha, sem a autorização dos órgãos